

Sociedade Brasileira de Ictiologia

Londrina, 13 de março de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Pesca da República Federativa do Brasil

MARCELO BEZERRA CRIVELLA

Ministério da Pesca e Aquicultura

Esplanada dos Ministérios. Bl. D Ed. Sede - 2º andar

Brasília/DF - CEP: 70.043-900

Assunto: Moção do XX EBI sobre Uso e Conservação de Recursos Pesqueiros

Senhor Ministro,

A XX Assembléia Geral Ordinária da Sociedade Brasileira de Ictiologia - SBI, que ocorreu no campus da Universidade Estadual de Maringá, no Estado do Paraná, no dia 31 de janeiro de 2013, realizada durante o XX Encontro Brasileiro de Ictiologia - EBI, aprovou em plenária por unanimidade a seguinte Moção, a fim de sensibilizar as autoridades quanto a assuntos da maior relevância sobre o uso e a conservação dos recursos pesqueiros em benefício desta e das futuras gerações brasileiras. Na qualidade de pesquisadores, professores e estudantes, e munidos do sentimento de cumprir com o dever e papel social que nos cabe para com o nosso País, encaminhamos à Vossa Excelência este documento, certos de contar com Vossa atenção quanto às providências necessárias.

Moção do XX Encontro Brasileiro de Ictiologia - EBI

Maringá, 31 janeiro de 2013

O Brasil vem se destacando no cenário internacional da pesca, tanto na ciência pesqueira quanto na governança, através da participação em redes de pesquisa e Organizações Regionais como a Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico. No entanto, apesar da existência de um Ministério da Pesca e Aquicultura, o arcabouço legal e institucional para assegurar a sustentabilidade de suas pescarias ainda é incipiente.

Além disso, constata-se:

- (1) Uma total paralisação da tomada de dados básicos de capturas por espécie e de esforço de pesca, além de outros parâmetros básicos sobre os recursos e as pescarias, que impossibilita a tomada de decisão quanto à gestão do uso dos recursos pesqueiros, de investimentos no setor e de planejamento em geral, e que representa imensa disparidade em relação a outros setores da economia, como a produção agrícola, que contam com obtenção de dados confiáveis;*
- (2) Um total desconhecimento do valor econômico, social e ecológico real do setor pesqueiro, especialmente das pescarias de pequena escala;*
- (3) A continuidade do processo histórico de marginalização das comunidades pesqueiras artesanais e tradicionais, tanto em áreas interiores quanto na zona costeira, pela expansão da infraestrutura industrial, portuária, e de geração de energia hidrelétrica;*
- (4) A falta de sustentabilidade da atividade pesqueira em geral por omissão do Estado na gestão, com efeitos diretos sobre os recursos explorados e efeitos indiretos sobre o ecossistema.*

A falta de informações básicas sobre a magnitude das capturas por espécie e o tamanho dos

Sociedade Brasileira de Ictiologia

estoques, além de representar um obstáculo à gestão, impossibilita que o Brasil cumpra apropriadamente com suas obrigações internacionais diante de diversos acordos do qual é signatário como a CONVEMAR – Convenção Internacional dos Direitos do Mar, a CDB – Convenção da Diversidade Biológica e instrumentos derivados.

A Sociedade Brasileira de Ictiologia, em sua XX Assembléia Geral Ordinária, solicita à Presidência da República, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e pasta afetas, ações urgentes no sentido de:

- (1) Incluir a tomada de informações básicas sobre captura e esforço de pesca como prioridade de aplicação do orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, retomando a implementação do Sistema Nacional de Estatística Pesqueira – SINPESQ de forma a torná-lo um sistema contínuo, efetivo e completo nos moldes desenvolvidos em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;*
- (2) Efetivar a implementação da gestão compartilhada da pesca entre governo e atores da pesca baseada na melhor informação científica disponível, a fim de atingir os objetivos descritos na Lei de Pesca, reorganizando e criando novos comitês de gestão, além de garantir aos comitês de gestão existentes, bem como aos subcomitês científicos, os recursos necessários para seu funcionamento adequado e viabilizar a criação de uma nova organização da gestão;*
- (3) Priorizar a demarcação dos territórios da pesca artesanal e o estabelecimento de unidades de conservação aquáticas, retomando os diálogos com a academia e com as organizações de base do setor pesqueiro para equacionar as interfaces entre as unidades de conservação e o setor, eliminando o passivo de processos recentes e conflituosos que contribuíram para a estagnação das agendas governamentais;*
- (4) Nortear as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura pelo Código de Conduta da Pesca Responsável da FAO-ONU, do qual o Brasil é signatário;*
- (5) Aumentar o diálogo entre as agências de gestão e as sociedades científicas, por exemplo, através da participação do Ministério da Pesca e Aquicultura em eventos científicos relativos às ciências pesqueiras;*
- (6) Modernizar o arcabouço legal de gestão pesqueira com a inclusão do Enfoque Ecológico para a Pesca.*

A Assembléia requer das autoridades públicas constituídas a adoção das medidas administrativas e judiciais necessárias para o cumprimento destes pontos urgentes para que se possa manter a pesca marinha e de águas interiores sustentável em nosso país.

Sendo assim, mui respeitosamente solicitamos a atenção de Vossa Excelência aos temas acima listados e nos colocamos à disposição para colaborar e apresentar quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,



Prof. Dr. Oscar Akio Shibatta
Presidente da Sociedade Brasileira de Ictiologia (SBI)
Departamento de Biologia Animal e Vegetal, Centro de Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil
CEP 86057-970